

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**RQUERIMENTO Nº , DE 2021**

Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, seja convidado o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, ROBERTO CAMPOS NETO, a fim de prestar esclarecimentos acerca das declarações do banqueiro André Esteves, que indicam a influência indevida deste, em questões econômicas e políticas sensíveis do Estado Brasileiro, que deveriam ser pautadas, exclusivamente, pelo interesse público.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que, ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias ao convite do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, ROBERTO CAMPOS NETO, a fim de prestar esclarecimentos acerca das declarações do banqueiro André Esteves, que indicam a influência indevida deste, em questões econômicas e políticas sensíveis do Estado Brasileiro, que deveriam ser pautadas exclusivamente pelo interesse público.

JUSTIFICAÇÃO

Com efeito, em recente conferência com investidores (áudio tornado público nos últimos dias), o banqueiro André Esteves, dono do BTG Pactual revelou aos presentes, que o Presidente do Banco Central, em determinado momento, teria ligado para ele para saber qual deveria ser o piso (lower bound) da taxa de juros no Brasil.



Ao longo do áudio o Dono do BTG Pactual procura demonstrar seu poder e influência, asseverando, inclusive, que teria “educado políticos e Ministros do STF para que a independência do Banco Central fosse aprovada”.

Para além das fanfarrices e análises políticas e sociais que demonstram total desconexão com a realidade vivenciada pela esmagadora maioria da população brasileira, o que o áudio revela, ao fim e ao cabo, é a existência de uma relação espúria entre público e privado, onde temas (taxas de juros) que devem ser analisados à luz dos interesses maiores da sociedade brasileira, são decididos a partir dos interesses privados de grupos econômicos e financeiros.

Nessa perspectiva, é preciso que o Presidente do Banco Central do Brasil, cuja autonomia foi aprovada pelo Congresso Nacional, venha ao Parlamento explicar essas relações e interferências indevidas em questões sensíveis do Estado brasileiro.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2021.

Dep. Leo de Brito
PT/AC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leo de Brito
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218525041700>

